



**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2008**

Assessoria de Apoio às Comissões Mistas  
Recebido em 10 / 12 / 2008 às 18:15  
Matr.: 3157

Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concede remissão nos casos em que especifica, institui regime tributário de transição, e dá outras providências

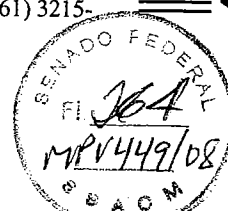
**EMENDA ADITIVA  
(Do Sr. Dep. Cândido Vaccarezza)**

Adite-se os seguintes artigos 4º, 5º e 6º à Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, renumerando-se os subseqüentes:

Art. 4º As empresas inscritas no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, de que trata a Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 e no Parcelamento Especial – PAES, de que trata a Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, mesmo que ainda não homologada sua opção, cuja receita bruta anual seja igual ou inferior, no ano-calendário anterior, ao montante disposto no art. 13 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, poderão antecipar o pagamento dos respectivos débitos consolidados, segundo seu valor presente, calculado com base na projeção das parcelas vincendas, descontadas cada uma pela taxa de juros de que trata o § 4º do art. 39 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, vigente no mês imediatamente anterior ao da opção pelo pagamento antecipado, capitalizada mensalmente até o vencimento das respectivas parcelas.

§ 1º A projeção das parcelas vincendas tomará por base as respectivas regras do programa ou do parcelamento, adotando-se:

I – valores das parcelas baseados na média aritmética dos valores mensais devidos nos 12 (doze) últimos meses;





II – taxa de juros vigente no mês imediatamente anterior ao da opção pelo pagamento antecipado.

§ 2º O prazo total da projeção a ser considerado para o cálculo do valor presente não poderá exceder 35 (trinta e cinco) anos, devendo o saldo devedor, se existente naquela data, ser considerado integralmente na última parcela.

§ 3º O resultado contábil apurado em função do pagamento de que trata o caput deste artigo, não produzirá qualquer efeito tributário para o contribuinte, devendo os eventuais ajustes nas bases de cálculo ser efetuados em registros auxiliares à demonstração financeira.

Art. 5º O pagamento antecipado dos débitos de que trata o artigo anterior poderá ser liquidado total ou parcialmente, mediante:

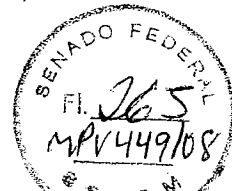
I – pagamento em moeda corrente, conversão de depósito em renda ou utilização de precatórios ou outros títulos emitidos pelo Poder Público, próprios ou de terceiros;

II – compensação de créditos, próprios ou de terceiros, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB e pelo Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS.

Art. 6º As pessoas jurídicas que apresentem qualquer espécie de discussão judicial ou administrativa contestando atos da administração federal previstos no REFIS e no PAES, relativos à exclusão dos referidos programas, terão sua reinclusão automática quando da opção pelo pagamento antecipado do débito de que trata o artigo anterior.

§1º Nessa hipótese, o pagamento integral do débito nas condições previstas nessa Medida Provisória acarretará a reinclusão do contribuinte aos referidos programas exclusivamente para a finalidade de quitação do débito consolidado, devendo o contribuinte desistir da respectiva ação judicial ou pleito administrativo, e renunciar a qualquer alegação de direito sobre o qual se fundam, objetivando a reinclusão aos programas.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, a desistência das ações judiciais em curso não acarretará condenação em honorários de sucumbência quando



48F4D1F550



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Deputado Federal **CÂNDIDO VACCAREZZA**

aplicáveis, devendo ser protocolado requerimento de extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do inciso V do caput do art. 269 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil - CPC.

§ 3º A antecipação do pagamento por parte da pessoa jurídica, nos termos do disposto no artigo anterior, deverá ser realizada antes da desistência da ação judicial referida no § 1º deste artigo e juntado o respectivo comprovante aos autos.

### JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem o objetivo proporcionar o pagamento antecipado do REFIS e do PAES por parte das empresas cuja a receita bruta anual, no ano-calendário anterior, tenha sido inferior a R\$ 48 milhões, aplicando-se o critério de equivalência econômica, ou seja, um pagamento antecipado que valha financeiramente o mesmo que o parcelamento concedido. Respeita-se dessa forma o direito adquirido do contribuinte e o direito da Receita. O conceito empregado é de matemática financeira, não sendo, portanto, passível de dúvida quanto à equivalência, técnica e objetividade.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2008

Dep. Cândido Vaccarezza



48F4D1F550

Brasília: Câmara dos Deputados - Anexo IV - Gabinete 958 - CEP:70.160-900 -Tel: (61) 3215-5958 / Fax: (61) 3215-2958

São Paulo: Rua Jarinu, 324 - Tatuapé - Dão Paulo - SP - CEP 03306-000 – Tel: (11) 6192-2014  
Dep.candidovaccarezza@camara.gov.br

